

A CRISE ECOLÓGICA GLOBAL E A SUPERAÇÃO DO PENSAMENTO ANTROPOCÊNTRICO

THE GLOBAL ECOLOGICAL CRISIS AND THE OVERCOMING OF ANTHROPOCENTRIC THOUGHT

Luiz Eduardo de Souza Pinto¹
Jorge Alexandre Barbosa²

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); especialista em Filosofia pela Unimontes; e-mail: eduardounimontes@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e-mail: jorgeaneves@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa como o panorama antropocêntrico, ao projetar os humanos como a espécie dominante, legitimou a subjugação da natureza, e como a perspectiva biocêntrica começa a emergir em contraposição ao antropocentrismo. A crise ecológica é uma questão que afeta toda a comunidade de vida do planeta e no final do século XX o ideário biocêntrico, que se funda na perspectiva de uma relação harmoniosa entre os humanos e o meio ambiente, ao mesmo tempo em que reconhece a diferença e a diversidade dos elementos da natureza se torna um modelo de pensamento que contribui para superar os problemas ambientais provocam a crise ecológica contemporânea.

Palavras-chave: Antropocentrismo, Biocentrismo, Ecologia.

Abstract

This article analyzes how the anthropocentric panorama, by projecting humans as the dominant species, legitimized the subjugation of nature, and how the biocentric perspective begins to emerge in opposition to anthropocentrism. The ecological crisis is an issue that affects the entire community of life on the planet and at the end of the 20th century the biocentric ideology, which is based on the perspective of a harmonious relationship between humans and the environment, while recognizing the difference and the diversity of the elements of nature becomes a model of thought that contributes to overcoming the environmental problems that provoke the contemporary ecological crisis.

Keywords: Anthropocentrism, Biocentrism, Ecology.

O debate acerca da presente crise ambiental marca a sociedade contemporânea, discussões sobre as atuais condições da biodiversidade envolvem praticamente todos os setores sociais. Essa crise é fruto da perspectiva que coloca a humanidade como proprietária da natureza. A visão que funda o antropocentrismo é a ideia de que os humanos, por serem dotados de razão, podem dominar toda a natureza e dela extrair todos os recursos indistintamente até que estes se esgotem. No ideário antropocêntrico os seres humanos se sentem fora e acima da natureza.

Diante das catástrofes ambientais provocadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, a lógica antropocêntrica entrou em rota de colisão com a necessidade de preservação do frágil equilíbrio que sustenta a Terra. A atual crise ambiental oferece uma oportunidade para que a humanidade encontre outro modelo para se relacionar com toda a cadeia de vida planetária e para a manutenção de toda a biodiversidade.

Perante esta situação, um novo horizonte se descortina através da concepção biocêntrica, composta por uma nova visão sobre a relação entre os humanos e a natureza. A perspectiva biocêntrica representa uma mudança de paradigmas, objetiva a construção de princípios e valores que exaltem a preservação da comunidade de vida e visa promover o respeito e a justiça ambiental. O modelo biocêntrico rompe com o antropocentrismo e incita a responsabilidade com a vida planetária.

A condição planetária

A degradação ambiental, os desastres naturais e o aumento desordenado da produção e do consumo marcam o mundo globalizado. O crescimento exponencial das agressões ao meio ambiente e a ruptura do equilíbrio ecológico configuram um quadro catastrófico que coloca em questão a própria sobrevivência da vida humana. A humanidade se defronta com uma crise ecológica que evoluiu especialmente em consequência da má utilização dos recursos naturais.

A racionalidade econômica que se instaura na sociedade contemporânea “se expressa em um modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico do planeta Terra e minando suas próprias condições de sustentabilidade.” (LEFF, 2009, p.27). Fatores de ordem cultural, econômica e histórica

contribuíram para o surgimento da crise ambiental cujo cerne é a exploração excessiva da natureza para atender às demandas do mercado em constante expansão. A crescente produção para satisfazer os níveis de consumo cada vez maiores requer uma exploração maciça de todos os ambientes terrestres, fluviais e marítimos. A tecnologia, que propiciou melhoria na qualidade da vida humana, também acarretou a superexploração do meio ambiente. As atividades agrícolas, industriais e urbanas tornaram-se agentes de padrões globais de poluição, alguns dos quais ameaçam os processos básicos da biosfera. (LEFF, 2009).

A constante utilização dos recursos naturais para a produção industrial contribui de forma significativa para a perda da biodiversidade, uma realidade que atinge toda a dimensão terrestre. Em todas as áreas do planeta múltiplas formas de vida sofrem risco de extinção ou já foram extintas, populações inteiras estão sendo ou serão duramente afetadas com o declínio da biodiversidade e da escassez dos recursos naturais. A degradação dos mananciais e a poluição de rios e lagos ocasionam a escassez de água, soma-se a isto a redução do regime de chuvas, o que está desertificando grandes regiões do globo; a derrubada de grandes áreas de matas e florestas altera o clima em grandes espaços geográficos, o que causa longos períodos de estiagem. O aumento do efeito estufa, provocado também pela queima de florestas e pela poluição em larga escala, torna o planeta aquecido, o que prejudica o equilíbrio natural e propicia o aumento da desertificação. A agressão a ecossistemas associada a manejos inadequados do solo tem causado a impossibilidade da manutenção de variadas formas de vida em espaços cada vez maiores.

O século XX foi marcado pelo acentuado crescimento populacional e pelo avanço tecnológico e científico. Ao mesmo tempo, foi um período em que as guerras, a fome e a falta de água se tornaram questões mundiais. Conforme dados divulgados na última década pelo Fundo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), uma em cada sete pessoas passam fome no mundo, e a situação tende a piorar até 2050 quando, de acordo com a ONU, a população mundial deverá chegar a aproximadamente nove bilhões de pessoas. De acordo com o relatório Economia Verde produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), um terço da população não tem acesso à água potável, situação que deverá se agravar. A entidade prospecta que se nada mudar no padrão de consumo, dois terços da população do planeta em 2025 – 5,5 bilhões de pessoas – poderão não ter acesso à água limpa. Se a projeção do PNUMA se confirmar em 2050, apenas um quarto da humanidade vai dispor de água para satisfazer suas necessidades básicas. De acordo com os dados do relatório Economia Verde a escassez de água não traz apenas morte por sede, traz a morte na forma de doenças. As populações que habitam as áreas mais áridas da

Terra, com o é o caso do norte da África, do Oriente Médio e o norte da China, vivem sob o que se denomina de estresse hídrico, uma reunião de fatores ambientais, como a falta de chuvas, e socioeconômicos, como o crescimento demográfico alto, que resulta em alta população para baixa quantidade de água, um elemento indispensável para a manutenção da vida.

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) contidos no Relatório Alterações Climáticas e Saúde, de 2008, globalmente o número de desastres naturais relacionados ao clima mais do que triplicou desde os anos de 1960. A cada ano esses desastres causam mais de 60 mil mortes, a maioria em países em desenvolvimento; de acordo com a OMS, mais de dois milhões de humanos morrem ao ano em razão da poluição por substâncias tóxicas e da alteração climática.

Os impactos ambientais se agravaram também em razão dos avanços científicos e tecnológicos que aceleraram a produção e o consumo. O desenvolvimento econômico, como afirma Bajzek; Milanesi (2006) tornou-se a principal referência das sociedades humanas e o produtivismo/consumismo é a condição *sine qua non* para a manutenção da sociedade capitalista. O modelo social e econômico que passou a vigorar desde a revolução industrial agravou a degradação ambiental, pois aumentou a exploração dos recursos naturais para atender às demandas nos processos produtivos.

Apesar dos avanços em defesa do meio ambiente, as respostas ainda não têm sido suficientes, é o que demonstra um relatório compilado por 35 pesquisadores da União Internacional das Organizações de Pesquisa Florestal (Lufro), lançado pela Organização das Nações Unidas em 2011. O relatório apontou que houve progresso limitado na proteção de florestas nas últimas décadas. Dados apresentados pela ONU mostram que entre 2000 e 2009 13 milhões de hectares foram desmatados por ano.

De acordo com dados da Lufro, o desmatamento responde por cerca de 10% de todas as emissões de gases do efeito estufa por atividades humanas; sendo assim, as florestas podem começar a liberar uma quantidade anormal de carbono na atmosfera se as temperaturas do planeta subirem 2,5°C acima dos chamados níveis pré-industriais, o que comprometeria o papel das florestas de atuar como filtros.

Toda essa condição de destruição da natureza está afetando a vida humana e mudanças estruturais se fazem necessárias. Uma delas requer a crítica do antropocentrismo, que destaca os humanos como seres situados acima e separados da natureza, esse ideário contribui para a não preservação dos ecossistemas atuais. Na perspectiva antropocêntrica, os seres não humanos e os elementos da natureza não têm valor intrínseco, são propriedade dos humanos.

Assmann (2006) observa que a filosofia grega já postulava a questão antropocêntrica, que se aprofunda no decorrer do processo histórico com o cristianismo, o racionalismo cartesiano e o projeto do Iluminismo centrado na técnica e na ciência.

Críticas ao antropocentrismo

O antropocentrismo é a concepção que projeta a humanidade no centro de todas as relações, considerando que o universo deve ser avaliado de acordo com sua conexão com os humanos. A lógica antropocêntrica é pautada na percepção da superioridade da espécie humana sobre as outras espécies, separando os humanos do restante da natureza e justificando a ação dominadora sobre todos os seres vivos e recursos naturais. O antropocentrismo é uma construção cultural, pois, observa Alves (2012) naturalmente os humanos e toda a natureza não se encontram separados ou em patamares diferenciados; desse modo, o antropocentrismo pode ser considerado como uma artificialidade que opõe o humano à natureza. Hans Jonas, através da obra *O Princípio da Responsabilidade* (2005), observa que a sobrevivência dos humanos só será possível se esta espécie adotar princípios responsáveis de cuidado com o planeta e com seus recursos naturais, incluindo aí todas as outras formas de vida.

Jonas detecta que no antropocentrismo há um utilitarismo que reduz a natureza a um mero elemento a ser usado e que a espécie humana se aproveita da diversidade entre as espécies para justificar, nas suas diferenças, a exploração sobre os outros seres. O texto de *O Princípio da Responsabilidade* (2005) traz que problemas éticos e sociais são criados pelo uso demasiado da tecnologia e sustenta a ideia de que a sobrevivência humana depende do cuidado com o planeta, já que o estilo de vida consumista é altamente nocivo ao planeta e, em consequência disso, é também nocivo ao próprio ser humano.

Uma das características do antropocentrismo é a atribuição de relevância ética a apenas aquilo que é humano. A ética antropocêntrica não observa devidamente os direitos dos seres não humanos e, na concepção de Jonas, esses seres têm prerrogativas inerentes e, portanto, devem ter sua dignidade e sua condição respeitadas. No prisma antropocêntrico, todos os recursos naturais são considerados apenas como bens a serem explorados e como tal são considerados; somente possuem relevância à medida que representam alguma utilidade para os humanos, não lhes é reconhecido qualquer valor intrínseco, mas puramente o valor de uso, em especial do uso econômico.

A crítica central ao antropocentrismo presente na obra de Hans Jonas é que ele não apenas nega a condição natural dos seres não humanos ao desconsiderar que cada espécie tem

sua própria singularidade, como também justifica a tutela humana sobre a fauna e a flora conforme o valor utilitário que estas apresentam para os humanos. A natureza é, então, tratada como mercadoria, matéria-prima ou produto de consumo.

Diante do paradigma antropocêntrico, até mesmo a proteção jurídica, que é assegurada à natureza, é feita com vistas ao bem-estar e sobrevivência da espécie humana, não é a natureza em si que é objeto de direito. A natureza somente tem proteção porque ela serve e tem valor de uso para a espécie humana.

Sem a devida proteção, a integridade ecológica do planeta fica ameaçada; como observa Oliveira (2008), esta integridade constitui o caminho necessário para o respeito e o cuidado com a comunidade de vida, expressão que designa o enorme e complexo conjunto de seres vivos do planeta. Tal condição pressupõe que humanos e não humanos compartilhem uma mesma identidade. A comunidade de vida exige que cada humano vivencie o espírito de solidariedade e de parentesco com toda a vida. Para Oliveira, “a ideia de comunidade de vida pressupõe que os seres humanos e os seres não humanos compartilham uma identidade básica que os torna solidários.” (OLIVEIRA, 2008, p.73).

Do antropocentrismo ao biocentrismo

O universo acadêmico e intelectual ainda separa o humano da natureza, até o ponto de considerar esta condição como sendo natural. De acordo com Moscovici, “cada teoria da sociedade começa por traçar uma fronteira entre o humano e o não humano, a cultura e a natureza: a linguagem, o trabalho, a ferramenta, a inteligência e assim por diante.” (MOSCOVICI, 2007, p.177). O antropocentrismo endossa a ideia de que naturalmente os humanos são superiores por possuírem a faculdade da razão, que tudo pode dominar. A natureza passa, dessa forma, a ser coisificada e separada dos humanos. “As religiões ou as ciências sociais, sem distinção, tratam a natureza como se ela fosse por definição anti-humana e anti-social e que, mesmo se tentássemos, seria impossível aproximá-las ou misturá-las. E, portanto, a polaridade entre sociedade e natureza está em todos os níveis que examino, até o seu âmago. (MOSCOVICI, 2007, p.177).

A ideia de que os humanos e a natureza estão separados e que a humanidade pode dominar os recursos naturais está presente ao longo da história. Continuamente espécies e recursos naturais foram amplamente explorados. No século XVIII, época do início das descobertas científicas, começou-se a entender melhor o funcionamento da natureza. Porém, a

busca pela compreensão sobre o mecanismo do meio ambiente tinha um objetivo: aprender mais para explorar melhor.

No final do século XVIII, o naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck formulou teorias sobre os elos entre as espécies e chamou a atenção para o fato da humanidade apresentar a tendência a utilizar os recursos naturais sem se importar de forma devida com as futuras gerações. Lamarck, por sua vez, influenciou o explorador Charles Darwin, que elaborou a teoria da evolução. No século XIX Darwin provou que as espécies mais bem adaptadas têm mais chances de sobrevivência no mundo. O explorador apontou para algo até então pouco observado: o ser humano, que era visto como dominador natural e senhor do mundo, era por Darwin considerado como integrante do seu meio. A partir deste raciocínio, poderia ser considerada a possibilidade de conceber ser humano e natureza de forma integrada, ou seja, através de Darwin pôde-se vislumbrar outro enfoque: a inter-relação entre humanos e natureza.

No mesmo período em que Darwin apresentava sua obra *A Origem das Espécies*, em 1859, Henry David Thoreau observava as transformações e os impactos causados pela Revolução Industrial ao meio ambiente. Thoreau (1980), no início do século XIX, questionava sobre o uso excessivo dos recursos naturais para a produção industrial, alertando que boa parte destes recursos é finita e não renovável, o que poderia afetar toda a cadeia terrestre. No final do século XIX a perspectiva de preservação ambiental começou a se difundir em diversos locais. Criaram-se os primeiros parques nacionais e áreas de reserva. Por outro lado, depois da Revolução Industrial fortaleceu-se a ideia de que homens e mulheres poderiam manipular inteiramente a natureza. A Revolução Industrial aumentou a possibilidade de comércio e reduziu os custos de transporte, facilitando para a nova sociedade consumista o acesso aos bens industrializados. Máquinas e outros equipamentos permitiram produzir em série para melhor atender à crescente demanda por produtos. Com o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, expandidos na Revolução Industrial, os efeitos do desenvolvimento e do consumismo/produzitivismo são ampliados. Diante do desequilíbrio ecológico em que se encontra o planeta, a ideia de que os humanos e a natureza estão em patamares diferenciados foi colocada em xeque. Mota observa que “se o ecossistema representa hoje uma questão incômoda para a humanidade, é somente porque os seus limites foram expostos, colocados diante de nós como algo frágil.” (MOTA 2009, p.123).

A constante exploração dos recursos naturais por parte dos seres humanos deixou evidente o frágil equilíbrio do planeta. Desde o último século, quando catástrofes ambientais atingiram todo o planeta de forma jamais vista, o ideário capitalista de exploração para a produção entrou em rota de colisão com a necessidade de preservação da comunidade de vida planetária. Diante

dessa realidade, governos, sociedade civil, organizações sociais e instituições afins se despertaram para a necessidade de dar mais atenção à defesa da vida.

A preocupação global com o meio ambiente se inicia desde a década de 1970, mas na década de 1990 o cuidado com a questão ecológica ganhou definitivamente amplitude internacional. Nesse período o meio ambiente entra de modo irreversível na agenda mundial. Principia-se na Rio 92 a proposta de elaboração de uma declaração universal dos direitos da Terra. Nesse mesmo período são iniciadas discussões internacionais sobre como modificar a relação de dominação do ser humano sobre a natureza e criar um modo de produção e consumo respeitoso. A *Carta da Terra*, documento apresentado no ano 2000, ressalta a necessidade de todos agirem em prol de uma civilização planetária na qual haja respeito com o planeta em todas as suas dimensões. O documento abre novas perspectivas para problemas ecológicos atuais e é construído numa dinâmica inter-relacional.

Compreender que os humanos e a natureza estão em um mesmo patamar de importância, requer um reposicionamento sobre o antropocentrismo que governou o pensamento humano nos últimos séculos. O biocentrismo encontra-se em oposição direta ao antropocentrismo. Do grego *bios*, “vida”; e *kentron*, “centro”, o biocentrismo é uma concepção segundo a qual todas as formas de vida são igualmente necessárias, não estando a espécie humana e seus valores no centro de e posicionadas acima das outras espécies em escala de importância.

Embora necessite dos recursos naturais para sua sobrevivência, os humanos sempre tiveram uma relação complexa com o meio ambiente. Homens e mulheres temem a natureza desde que surgiram, pois sempre estiveram à mercê dela. As intempéries do tempo, o ataque de animais, vulcões, terremotos e maremotos sempre representaram uma ameaça à vida humana. Com o avanço do conhecimento e da tecnologia começou-se a compreender o mecanismo de funcionamento da natureza. A partir disso, os humanos passaram a subjugar e a moldar a natureza e seus recursos para que estes pudessem atender às suas necessidades, ou seja, da condição de dominado pelas forças naturais, o homem passou para a condição de dominador.

O biocentrismo traz a noção de que os processos vitais, aqueles que a natureza cria e recria, possuem valores em si mesmos. Ações concretas para salvar o meio ambiente global somente serão possíveis a partir da compreensão sobre a necessidade de se preservar a natureza. Reciclagens, usos racionais dos recursos naturais, recuperação de áreas devastadas, consumo responsável advém de uma tomada de consciência que se amplia com o horizonte biocentrista.

A perspectiva biocêntrica é o movimento ambiental dos ecologistas profundos. O termo “ecologia profunda” foi gestado na década de 1970 pelo filósofo norueguês Arne Naess, em oposição à “ecologia superficial”, que é a concepção de que o meio ambiente deve ser preservado apenas em razão de sua importância para o ser humano, num sentido utilitarista. A ecologia profunda entende que salvar a natureza é mais do que salvar a própria humanidade, pois todas as espécies e ecossistemas têm valor intrínseco, um valor que independe do aspecto utilitário ou estético para os humanos.

Segundo AVALINE (1999), na ecologia superficial a preservação da natureza só acontece porque ela possui um valor utilitário. Nesse sentido superficial, ele observa que “quando olha para o meio ambiente com esta preocupação, o homem só enxerga os seus próprios interesses, já que, inconscientemente, se considera a coisa mais importante que há no universo. Olha a árvore e vê madeira. Olha o solo e vê o potencial agrícola ou a possível exploração de minérios”. (AVALINE, 1999, p.27).

No panorama da ecologia profunda, os recursos naturais e toda a natureza têm importância em si mesmos. A crise civilizatória antropocêntrica está gestando um novo panorama, uma nova forma de conviver com a totalidade dos seres e ao mesmo tempo manter com eles novas relações. Amplia-se cada vez mais a percepção de que a humanidade faz parte de uma comunidade planetária e esse entendimento está a gerar novos projetos para a humanidade, novos saberes e novas formas de conceber e cuidar da Terra.

Guattari (1990) afirma que a resposta à crise ecológica que assola o planeta deve ser dada em escala mundial. Segundo ele, deve-se dar mais importância e atenção à vida terrestre já que toda humanidade atravessa um novo contexto histórico em que há que se questionar a maneira de viver e agir de homens e mulheres diante do planeta. “Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural [...] essa revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis, mas também os domínios de sensibilidade, inteligência e desejo. (GUATTARI, 1990, p.9).

Diante da crise ambiental que o planeta enfrenta, amplia-se a necessidade de gerar princípios morais de defesa do meio ambiente que tenham o respaldo unânime de todos os povos e culturas do planeta. Para Apel (1973), torna-se urgente a necessidade de uma moral universal, que sirva de referência para toda a humanidade, uma vez que as ações humanas potencializadas pelo uso das tecnologias apresentam repercussões planetárias.

O estilo de vida da sociedade contemporânea gera necessidade de se conceber um modelo que sirva de base comum para a prática solidária universal. Por outro lado, Apel

reconhece que a tarefa de fundamentação de uma moral universal na contemporaneidade é complexa devido à fragmentação de valores e modelos da sociedade atual. A sociedade contemporânea é altamente fragmentada, mas a problemática ambiental causada pelo desequilíbrio ambiental necessita de uma resposta planetária, que seja biocêntrica. A ética biocêntrica está ligada a novos olhares sobre a realidade humana e planetária, a função dessa ética é redefinir o papel dos humanos no mundo natural, o que foi renunciado pela tradição antropocêntrica. As ações humanas afetam as mais variadas formas de vida terrestre, portanto, os humanos devem levar em consideração princípios éticos para com o planeta (TAYLOR, 1986).

A ética biocêntrica parte do princípio de que as criaturas vivas não são meras fontes de recurso e consumo, mas merecedoras de atenção por terem um valor intrínseco. Na perspectiva de Taylor, as formas de vida não humanas são também sujeitos morais que merecem respeito. Cada ser vivo, humano ou não, possui valor e deve ser respeitado.

A crise ambiental por que passa o planeta é complexa, vai além da questão puramente ambiental, diz respeito aos valores éticos, econômicos e sociais de toda uma sociedade. E não se trata de uma crise de menor proporção e abrangência, é uma situação radical, no sentido fundamental de nossa cultura. Significa a crise de nosso paradigma. Para a sobrevivência planetária é necessário a adoção de princípios e valores que exaltem a preservação e o respeito à vida em todas as suas formas.

Referências

ALVES, J.E.D. Do antropocentrismo ao ecocentrismo: uma mudança de paradigma. In: MARTINE, George (Ed.) **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2012.

APEL, K-O. Das **Apriori der Kommunikationsgemeinschaft und die Grundlagen der Ethik**. In: Transformation der Philosophie, Vol. 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.

ASSMANN, Selvino José. **Filosofia**. Florianópolis: CAD/UFSC, 2006

AVELINE, Carlos Cardoso. **A Vida Secreta da Natureza** – uma iniciação à ecologia profunda. Rio Grande do Sul: São Francisco de Paula, Bodigaya, 1999.

BAJZEK, Jozse; MILANESI, Giancarlo. **Sociologia della Religione**. Torino. Editrice Elledici, 2006.

Carta da Terra. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

DARWIN, C. **A origem do homem e a seleção sexual**. São Paulo: Hemus, 1974.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**: Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Espanha, Barcelona, 2005.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura** – a territorialização da racionalidade ambiental. Trad. Jorge E. Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a ecologia. Trad. Maria Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

MOTA, L.R. A identidade da técnica e o controle do mundo. In: **Consciência Planetária e Religião – Desafios para o século XXI**. OLIVEIRA, P.A.R.; SOUZA, J.C.A. (Orgs.). São Paulo: Paulinas. 2009.

OMS. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs266/es/>>.

ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>

PNUMA. Disponível em: <WWW.pnuma.org.br/>.

TAYLOR, Paul W. **Respect for nature**. A Theory of environmental ethics. Ney Jersey: Princenton Univertivy Press, 1986.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM Pocket. 1980.

Recebido em: 20 de abril de 2021.
Artigo aceito em: 27 de maio de 2021.